



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 283/DCI, DE 6 DE SETEMBRO DE 2024.  
Protocolo COMAER nº 67120.005530/2024-34

Aprova a Instrução que dispõe sobre a Gestão Ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O **DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, interino**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º da Portaria nº 654/GC3, de 11 de dezembro de 2023, e considerando o que consta do Processo nº 67120.005393/2024-38, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução (ICA 83-1), na forma dos anexos I, II, III e IV para as atividades de gestão ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Art. 2º Revogar a Portaria DIRINFRA nº 10/DGA, de 2 de outubro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 179, de 4 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil da semana subsequente à sua publicação.

Brig Ar PAULO ROBERTO DE CARVALHO JÚNIOR  
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica, Interino

**MISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA



**GESTÃO AMBIENTAL**

**ICA 83-1**

**INSTRUÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL  
NO ÂMBITO DO COMAER**

**2024**

**ANEXO I**  
**GESTÃO AMBIENTAL (ICA 83-1)**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**  
**Da finalidade e documentação básica**

Art. 1º Esta Instrução tem por finalidade orientar as atividades do Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica (SISGA).

Parágrafo único. Esta Instrução aplica-se a todas as Organizações Militares (OM) do COMAER.

Art. 2º A documentação básica para a aplicação desta Instrução é composta por:

- I - Portaria GABAER nº 654/GC3, de 11 de dezembro de 2023;
- II - DCA 14-12/2018 “Política de Meio Ambiente do COMAER”;
- III - NSCA 83-1/2024 “Norma do Sistema de Gestão Ambiental do COMAER (SISGA)”;
- IV - ICA 83-2/2023 “Instrução para Arborização Urbana das OM do COMAER”;
- V - ICA 85-1/2023 “Instrução para Elaboração, Revisão e Aprovação de Planos Diretores de Organizações Militares”;
- VI - Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, “Política Nacional do Meio Ambiente”;
- VII - Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, “Política Nacional de Recursos Hídricos”;
- VIII - Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, “Política Nacional de Resíduos Sólidos”;
- IX - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
- X - Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011; e
- XI - Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016.

**Seção II**  
**Conceituações**

Art. 3º Para os fins desta Instrução, adotam-se as seguintes definições:

I - aceiro - faixas ao longo das cercas onde a vegetação é completamente eliminada da superfície do solo. A finalidade é prevenir a passagem do fogo para área de vegetação, evitando-se assim queimadas ou incêndios e também a delimitação de divisas;

II - animal silvestre - todos os espécimes pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras;

III - área contaminada - local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

IV - área de bota fora - área, devidamente licenciada, onde são descartados os materiais provenientes de obra de terraplenagem que envolva escavação e remoção de terra ou ainda, demolições e reformas que necessitem de remoção de entulhos;

V - árvore isolada - indivíduo arbóreo com diâmetro à altura do peito (DAP) igual ou superior a 5 (cinco) centímetros localizados fora de remanescentes de vegetação nativa, em áreas antropizadas, ou seja, áreas que sofreram intervenção humana;

VI - coleta seletiva - coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VII - contratações sustentáveis - iniciativa da Administração Pública Federal para incluir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios a serem garantidos nas licitações, exigindo que os gestores públicos considerem variáveis de sustentabilidade em todas as etapas de suas contratações;

VIII - destinação final ambientalmente adequada - destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - diâmetro à altura do peito (DAP) - medida usada na cubagem de árvores e povoamentos arbóreos, que consiste no diâmetro do tronco medido a 1,30 m da superfície do solo;

X - disposição final ambientalmente adequada - distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XI - espécie exótica - espécie nativa do Brasil ou do exterior não encontrada naturalmente no Bioma;

XII - espécie exótica invasora - espécies que estão fora da sua área de distribuição natural e que ameaçam habitats, serviços ecossistêmicos, e a diversidade biológica, causando impactos em ambientes naturais. Podem ser espécies naturais de outros países, ou mesmo espécies da fauna ou da flora nativas de uma determinada região do Brasil, que se comportam como invasora em outra região do país;

XIII - espécie nativa - espécie encontrada naturalmente no Bioma;

XIV - ficha de caracterização de atividade - é o formulário eletrônico padrão de solicitação de licenciamento ambiental, definido pelo IBAMA, visando a caracterização inicial do projeto, empreendimento ou atividades que possam causar impactos ambientais ou utilizar recursos naturais;

XV - formações sucessoras em regeneração - formações herbáceas, arbustivas ou arbóreas decorrentes de processos naturais de sucessão ou plantio de mudas para recomposição, após supressão total ou parcial da vegetação original por ações antrópicas ou causas naturais;

XVI - gerenciamento de resíduos sólidos - conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

XVII - gestor de patrimônio ambiental ou patrimônio de meio ambiente - é o representante dos Elos do SISGA, encarregado de planejar, desenvolver e executar projetos que visam à preservação do meio ambiente da organização do COMAER, conforme atribuições estabelecidas no RADA (RCA 12-1);

XVIII - guia nacional de contratações sustentáveis - guia para implementação de práticas socioambientais com orientação sobre conceitos, fundamentos jurídicos e passo a passo para a implementação das contratações sustentáveis. Disponível no site da AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br>);

XIX - licenciamento ambiental - procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

XX - licença ambiental - ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

XXI - licença prévia - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

XXII - licença de instalação - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

XXIII - licença de operação - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

XXIV - logística reversa - instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XXV - logística sustentável - processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

XXVI - material de consumo - todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

XXVII - plano de gestão de logística sustentável - é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública;

XXVIII - práticas de racionalização - ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

XXIX - práticas de sustentabilidade - ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

XXX - reciclagem - processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos;

XXXI - rejeitos - resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XXXII - remanescente de vegetação nativa - área igual ou maior a 0,5 ha, composta por vegetação nativa primária e formações sucessoras em regeneração, consistindo de formações florestais fechadas ou formações florestais abertas, típicas dos biomas brasileiros. Para os casos desta normativa considera-se remanescente de vegetação nativa sinônimo de fragmento florestal;

XXXIII - resíduos sólidos - material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XXXIV - responsável ambiental - órgão encarregado da guarda, conservação, manutenção em boas condições e preservação dos bens ambientais localizados dentro do imóvel sob sua responsabilidade administrativa, bem como por solucionar os eventuais passivos ambientais existentes, sendo esta responsabilidade intrínseca ao Agente Diretor da organização do COMAER;

XXXV - restauração ecológica - processo de auxiliar o restabelecimento de um ecossistema após uma perturbação ou degradação, sendo considerados como sinônimos os termos recomposição, reabilitação, recuperação e reflorestamento, englobando todas as possibilidades que levam a formação de uma vegetação dominada predominantemente por espécies nativas, espécies exóticas de ciclo de vida curto (e não invasoras) podem ser utilizadas nos estágios iniciais das ações de restauração para favorecer o processo de restauração da vegetação nativa;

XXXVI - supressão de vegetação - retirada de uma porção de vegetação de um determinado espaço urbano ou rural, com o objetivo de usar a área anteriormente ocupada pela vegetação para fins alternativos;

XXXVII - uso alternativo do solo - substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana; e

XXXVIII - vegetação nativa primária - a vegetação de máxima expressão local com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies.

## CAPÍTULO II PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 4º As organizações do COMAER devem realizar o levantamento dos aspectos ambientais significativos de suas atividades e empreendimentos, fundamental para o planejamento do SISGA, tomando por base os resultados do diagnóstico ambiental.

§ 1º Os aspectos ambientais da organização englobam todos os impactos ambientais significativos, reais e potenciais, relacionados com suas atividades, produtos e serviços.

§ 2º O principal documento para o planejamento das ações ambientais do SISGA é o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Art. 5º As organizações do COMAER devem elaborar e implementar seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) conforme as diretrizes deste Capítulo e do Modelo A, Modelo B e Modelo C, disponíveis na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

§ 1º A aprovação do PLS será de responsabilidade do Comandante, Chefe, Prefeito, Presidente ou Diretor da organização do COMAER.

§ 2º Na hipótese de várias organizações dividirem uma mesma área ou edifício, com compartilhamento de contratos de água, luz, esgoto, limpeza, entre outros, poderá ser elaborado PLS único, contendo as ações específicas de cada organização e as ações compartilhadas, que dependam de esforços conjuntos das organizações que compõe o complexo militar.

§ 3º Na situação descrita no § 2º do **caput**, o Plano será do conjunto de organizações envolvidas na elaboração do PLS e a sua aprovação ficará a cargo do Comandante, Chefe, Prefeito, Presidente ou Diretor de maior grau hierárquico, ou da organização responsável pelos contratos que são compartilhados.

Art. 6º O PLS deve ser aprovado por Portaria da organização do COMAER responsável e o Plano e sua respectiva Portaria deverão ser disponibilizados na página INTRAER das organizações que o compõe.

Art. 7º O Comandante, Chefe, Prefeito, Presidente ou Diretor da organização do COMAER designa, por meio de Portaria, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS) que terá a atribuição de elaborar, implantar, monitorar e revisar o PLS.

§ 1º A CGPLS deverá conter no mínimo 3 (três) membros do efetivo, podendo ser composta por até 1/3 do número total de integrantes da Comissão por servidores civis.

§ 2º Na situação descrita no Art. 5º, a Comissão deverá ser composta por, pelo menos, um representante de cada organização e presidida por um Oficial Superior pertencente à organização responsável pela aprovação do PLS, e a designação da CGPLS ficará a cargo da autoridade definida no § 3º do Art. 5º.

§ 3º É desejável que a CGPLS possua ao menos um representante dos setores ou comissões relativas a licitações, compras ou contratos; almoxarifado ou estoque de bens comuns; transporte terrestre; infraestrutura ou serviços gerais; e investigação e prevenção de acidentes do trabalho; devido ao envolvimento nos assuntos relacionados ao PLS.

## **Seção II**

### **Conteúdo do Plano de Gestão de Logística Sustentável**

Art. 8º Os PLS devem conter ações e indicadores de desempenho, no mínimo, sobre:

I - promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, abrangendo, pelo menos (Modelo B disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA):

a) material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos, talheres, pratos e outros materiais descartáveis e cartuchos para impressão;

b) energia elétrica, observando o disposto no Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do COMAER (DCA 14-13 e ICA 400-54);

c) água e esgoto;

d) coleta seletiva;

e) qualidade de vida no ambiente de trabalho;

f) compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de limpeza, de apoio administrativo e de manutenção predial, observando o disposto na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, e conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis; e

g) deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

II - responsabilidades dos atores envolvidos na elaboração, na execução, no monitoramento e na avaliação do PLS;

III - metodologia para implementação, monitoramento e avaliação do PLS; e

IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação, conforme **CAPÍTULO III** desta ICA.

§ 1º Para os temas listados acima os resultados alcançados serão avaliados anualmente pela CGPLS, por meio do Relatório Anual Ambiental que trata o Art. 11.

Art. 9º Caso a organização inclua outros temas no PLS, deverão ser definidos os respectivos indicadores, contendo: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração.

## **Seção III**

### **Consolidação do Plano de Gestão de Logística Sustentável**

Art. 10 O PLS deve ser atualizado pelas organizações do COMAER a cada ano ímpar.

Parágrafo único. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados no site das respectivas organizações, apresentando as metas e os resultados alcançados, divulgando o comprometimento com a Gestão Ambiental.

Art. 11 As organizações do COMAER devem elaborar anualmente o Relatório Anual Ambiental da OM, conforme Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.



§ 1º O Relatório deve conter as ações, dados, indicadores e resultados referentes ao período de 01 de outubro do ano anterior a 30 de setembro do ano corrente.

§ 2º O Relatório deve ser encaminhado pelas organizações do COMAER até o dia 1º do mês de novembro ao SERINFRA de sua área de atuação, conforme diretrizes do Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA, e assinado digitalmente, de forma a evidenciar o desempenho de cada organização, contendo:

I - consolidação dos resultados alcançados;

II - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente; e

III - as planilhas com os dados e indicadores, em formato editável.

Art. 12 Até o dia 30 do mês de novembro os SERINFRA devem analisar os Relatório Anual Ambiental das OM da sua área de atuação e encaminhar à DIRINFRA o Relatório Anual de Consolidação de Dados Ambientais, conforme Modelo E disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA, assinado digitalmente, contendo:

I - consolidação dos resultados alcançados pelas organizações;

II - identificação das ações das organizações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente, bem como sugestões de melhoria; e

III - as planilhas com os dados e indicadores, em formato editável.

Art. 13 Até o último dia útil do mês de fevereiro a DIRINFRA deve elaborar e encaminhar ao EMAER, via cadeia de Comando, o Relatório de Gestão Ambiental Anual, conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o Item de Sustentabilidade do Relatório de Gestão Anual do COMAER.

Art. 14 As atividades e iniciativas de projetos ambientais deverão ser publicadas no site intraer das respectivas organizações do COMAER ou encaminhados para divulgação no portal da FAB para maior visibilidade.

Art. 15 Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação dos PLS estão descritos no Fluxograma apresentado no ANEXO II.

### **CAPÍTULO III EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

#### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 16 A Educação Ambiental pressupõe um processo composto por diversas dimensões, que correspondem as suas áreas de abrangência:

I - capacitação dos militares e servidores civis da FAB, para o trabalho com o meio ambiente por meio da aprendizagem e do desenvolvimento de novas percepções e habilidades;

II - aprendizagem e exercício de práticas sustentáveis, que capacitem os militares e demais servidores a influenciar atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente; e

III - realização de Campanhas Educativas.

Art. 17 As organizações do COMAER devem incentivar as ações e práticas educativas, voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, a partir das seguintes atividades:

I - difusão, por intermédio dos meios de comunicação internos e externos à Força, de programas, campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade;

II - participação, em parceria com escolas, universidades, organizações não-governamentais, empresas públicas e privadas, no desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental; e

III - realização e participação de projetos e ações cívico sociais de conscientização e sensibilização da sociedade para a importância da preservação e conservação ambiental.

Art. 18 As propostas de atividades de Educação Ambiental deverão compor o PLS, tratado no CAPÍTULO II, por meio dos Planos de Capacitação e Sensibilização, detalhados nas Seções **Seção II** e **Seção III** deste Capítulo.

## **Seção II**

### **Plano de Capacitação em Meio Ambiente**

Art. 19 O Plano de Capacitação da organização do COMAER deverá fazer parte do PLS e compreenderá as definições dos temas, as metodologias e ações de capacitação a serem implementadas para a habilitação de seus militares e servidores civis que atuarão na Gestão Ambiental.

Art. 20 Os seguintes itens devem fazer parte do Plano:

I - apresentação: fundamentos do plano, processo de estruturação e a finalidade de sua realização;

II - objetivos: principais objetivos do plano apresentados na forma de itens ou incisos;

III - público-alvo: definição do público a que se destina o plano;

IV - metas e resultados esperados: principais metas e resultados esperados com a implementação do plano, em termos de melhoria dos processos de trabalho e desempenho dos militares e servidores civis;

V - classificação dos cursos e eventos: nomenclatura utilizada para a definição dos cursos e eventos no contexto do plano (cursos de curta e longa duração; cursos de formação e cursos de educação continuada; cursos gerenciais e técnico, operacionais etc);

VI - local e realização dos cursos e eventos: condições para realização da capacitação, principalmente fora do ambiente de trabalho;

VII - planejamento e acompanhamento dos resultados: definição dos procedimentos e do setor institucional responsável diretamente pelo planejamento, implementação e acompanhamento das atividades de capacitação prevista no plano; e

VIII - atividades programadas: área do conhecimento; modalidade da capacitação (presencial, a distância ou mista); realização (quem fornece); carga horária; período de realização; total de participantes; e valor estimado, quando for o caso.

Art. 21 O Plano de Capacitação será revisado e atualizado a cada dois anos, tendo em vista sua inserção no PLS.

### **Seção III**

#### **Plano de Sensibilização em Meio Ambiente**

Art. 22 A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental no efetivo da organização do COMAER.

Art. 23 O Plano de Sensibilização envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas sustentáveis e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade. As campanhas podem ser realizadas de modo presencial através de palestras, minicursos, fóruns ou ainda por meio da mídia seja ela digital ou impressa.

Art. 24 Como estratégia de sensibilização recomenda-se:

I - envolver o efetivo em uma ação voltada para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida de todos;

II - orientar para a redução no consumo e para as possibilidades de reaproveitamento do material descartado no local de trabalho e em casa; e

III - incentivar o protagonismo e a reflexão crítica dos servidores sobre as questões socioambientais, promovendo a mudança de atitudes e hábitos de consumo da instituição.

### **CAPÍTULO IV**

#### **GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **Seção I**

##### **Considerações Gerais**

Art. 25 As organizações do COMAER devem realizar o gerenciamento de seus resíduos sólidos em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

§ 1º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 2º As organizações do COMAER deverão observar as seguintes orientações para uma eficiente gestão de seus resíduos:

I - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

II - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

III - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade; e

IV - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 26 São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento in natura a céu aberto;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade; e

IV - disposição final em lixões ou áreas não licenciadas para esta finalidade.

Art. 27 As organizações do COMAER devem adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade.

§ 1º Os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os resíduos domiciliares e de limpeza urbana;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, dos serviços públicos de saneamento básico, de serviços de saúde, da construção civil e dos serviços de transportes;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Serviço Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS);

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira; e

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com a ABNT NBR 10.004:2004; e

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea anterior.

## **Seção II**

### **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**

Art. 28 Estão sujeitas à elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme diretrizes do Art. 31, as organizações do COMAER:

I - geradoras de resíduos sólidos de saneamento básico: Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETEI) e Estação de Tratamento de Efluentes Químicos (ETEQ);

II - geradoras de resíduos de serviços de saúde;

III - geradoras de resíduos perigosos e de resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

IV - com atividades de construção civil;

V - responsáveis por terminais e instalações que gerem resíduos de serviços de transportes (aeroportos e/ou aeródromos); e

VI - responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão ambiental.

Art. 29 Cabe aos responsáveis administrativos das organizações do COMAER geradoras de resíduos sólidos, cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos resíduos, a elaboração e implantação do PGRS, nos termos desta ICA e da legislação em vigor.

§ 1º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do PGRS, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico habilitado.

§ 2º As organizações do COMAER responsáveis por PGRS manterão atualizadas, e disponíveis aos órgãos competentes e às autoridades interessadas, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do Plano sob sua responsabilidade.

§ 3º Caso não haja profissional técnico habilitado na organização do COMAER ou no SERINFRA da área jurisdicionada, a organização responsável deverá contratar empresa ou profissional técnico habilitado para elaborar e gerenciar o PGRS.

§ 4 As organizações que estiverem sujeitas à elaboração do PGRS devem cumprir as exigências estabelecidas Portaria nº 280, de 29 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Entre essas exigências, inclui-se a obrigatoriedade da utilização do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), conforme disposto no Art. 2º da mencionada Portaria.

Art. 30 As organizações do COMAER que não estão sujeitas à elaboração do PGRS deverão fazer constar em seu PLS, conforme inciso I do Art. 8º, as atividades relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

Art. 31 O PGRS deve conter, no mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade geradora de resíduos;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

IV - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

V - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos, à reutilização e reciclagem;

VI - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

VII - periodicidade de sua revisão; e

VIII - anotação de responsabilidade técnica (ART).

Art. 32 O PGRS da organização do COMAER atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município onde está situada, quando houver.

Parágrafo único. A inexistência do Plano Municipal, citado no item anterior, não isenta a organização de elaborar, implementar e operacionalizar o PGRS.

### **Subseção I**

#### **Responsabilidade Compartilhada**

Art. 33 A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as organizações do COMAER da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Art. 34 Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, as organizações do COMAER são obrigadas a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados; e

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Art. 35 Para atender aos sistemas de logística reversa, as organizações do COMAER são obrigadas a acondicionar e disponibilizar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, abaixo descritos, para coleta ou devolução:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e

VI - produtos eletrônicos e seus componentes.

### **Subseção II**

#### **Resíduos Sólidos de Atividades Administrativas**

Art. 36 Os resíduos sólidos de atividades administrativas são compostos por papéis, plásticos, vidros, metais, e demais passíveis de retorno a um ciclo produtivo, além dos considerados

resíduos orgânicos como restos de alimentos orgânicos (carnes, vegetais, frutas, cascas de ovos, etc.) provenientes do rancho, podas e capinas, serragem, ossos, sementes, esterco, entre outros.

§ 1º Os resíduos sólidos orgânicos das organizações podem ser encaminhados para a compostagem ou outra forma viável de reaproveitamento, devendo ser devidamente separados e acondicionados em temperaturas adequadas com objetivo de evitar acidentes, proliferação de vetores e facilitar o reaproveitamento.

§ 2º O óleo de cozinha usado deverá ser destinado para a reciclagem, sempre que possível. É proibido o lançamento do óleo na rede de esgoto.

### **Subseção III**

#### **Resíduos Sólidos de Construção Civil**

Art. 37 Os resíduos sólidos da construção civil são provenientes das atividades de construção, reformas, reparos e demolições de obras, sejam estas realizadas por empresas contratadas ou pelas próprias organizações do COMAER.

Parágrafo único. Conforme disposto no inciso IV do Art. 28, as organizações com atividades de construção civil estão sujeitas à elaboração de um PGRS, cujo objetivo é estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

Art. 38 Os resíduos da construção civil são classificados da seguinte forma:

I - Classe A são os resíduos recicláveis ou reutilizáveis como agregados:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações abrangendo componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto; e

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras.

II - Classe B são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso.

III - Classe C são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação, tais como isopor, estopa, lixas, pedaços de manta asfáltica e lã de vidro.

a) Classe D são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos, ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

§ 1º Consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.

§ 2º As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.

Art. 39 As diretrizes básicas do gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil são:

I - reduzir os desperdícios e o volume de resíduos gerados;

II - segregar os resíduos por classes e tipos;

III - reutilizar materiais, elementos e componentes que não requeiram transformações;

IV - destinar os resíduos para a reciclagem, para que sejam transformados em matéria-prima para a produção de novos produtos; e

V - dispor adequadamente os que não puderem ser reciclados.

Art. 40 Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de bota fora, em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei.

Art. 41 Os resíduos da construção devem ser separados na origem e nunca poderão ser misturados com resíduos de outras classes.

Art. 42 No caso de demolição, esta deve ser realizada de forma seletiva, com a finalidade de aproveitamento dos materiais.

Art. 43 Os editais de contratação de empresas para a realização de obras nas organizações do COMAER deverão conter requisitos que visem à gestão dos resíduos de construção civil, elaborando um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), para a efetiva redução dos impactos ambientais, principalmente no que se refere a destinação final.

Art. 44 O PGRCC deve estar em consonância com Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil do Município em que a obra está localizada ou Distrito Federal.

Art. 45 Os PGRCC deve conter, no mínimo:

I - caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

II - triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no Art. 38 desta ICA;

III - acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV - transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos; e

V - destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido no Art. 46.

Art. 46 Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;



III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

#### **Subseção IV** **Resíduos Sólidos Perigosos**

Art. 47 Os resíduos sólidos perigosos são os que apresentam, de acordo com ABNT NBR 10.004:2004, características como inflamabilidade, corrosividade, patogenicidade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e oferecem risco potencial aos seres vivos e/ou ao ambiente.

Art. 48 As organizações do COMAER que geram resíduos perigosos estão sujeitas à elaboração de PGRS, conforme disposto no inciso III do Art. 28 desta ICA.

Art. 49 A segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos sólidos perigosos devem ser realizados de acordo com as normas ambientais vigentes (ABNT NBR 10.004:2004, ABNT NBR 12.235:1992 e a Resolução CONAMA nº 23/1996).

§ 1º Os resíduos devem ser separados na origem e acondicionados em coletores apropriados, fechados e identificados, a fim de evitar contaminações, utilizando-se para isso área coberta com sistema de drenagem, com piso impermeável, dotada de kit de emergência.

§ 2º Quando for realizado manuseio de resíduos sólidos perigosos, devem ser utilizados equipamentos de proteção individual (EPI) adequados à periculosidade de cada resíduo, evitando ao máximo qualquer tipo de contato com estes resíduos.

§ 3º Os resíduos perigosos não devem ser armazenados com os demais resíduos. Caso ocorra a mistura de resíduos de classes diferentes, um resíduo não perigoso pode ser contaminado e tornar-se perigoso, devendo ser descartado como tal.

§ 4º Os resíduos oriundos de limpeza, lavagem e pintura de aeronaves, e das canaletas dos postos de combustíveis, entre outros produtos químicos, são considerados resíduos perigosos e não podem ser lançados diretamente na rede de drenagem de águas pluviais ou na rede de esgoto.

§ 5º No que se refere ao transporte e destinação de resíduos sólidos perigosos, as organizações devem contratar empresas especializadas e com licença ambiental em vigor, licenciadas para o fim que se destina, devendo ser acompanhado de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), com posterior retorno do Certificado de Destinação Final de acordo com as Regulamentações de Transporte de Produtos Perigosos, conforme a ABNT NBR 14619:2023, Resolução nº 5.947, de 01 de junho de 2021, da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) e Portaria nº 280, de 29 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Art. 50 Cabe às organizações do COMAER referidas no **caput** do Art. 48:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano;

II - informar anualmente ao órgão competente do SISNAMA e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Art. 51 Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do SISNAMA e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 52 As pilhas e baterias, bem como os produtos eletroeletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura, após seu esgotamento energético, deverão ser encaminhados às indústrias, fabricantes ou importadores, para que estes adotem os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, conforme inciso II do Art. 35 desta ICA.

## CAPÍTULO V GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 53 As organizações do COMAER devem realizar o gerenciamento dos recursos hídricos em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

§ 1º O abastecimento de água para consumo humano deve atender os Padrões de Potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras.

§ 2º A organização deve manter e controlar a qualidade da água sob sua responsabilidade, inclusive a oriunda do abastecimento público, por meio de:

I - controle operacional das unidades de captação, adução, tratamento, armazenamento e distribuição;

II - capacitação e atualização técnica do pessoal encarregado da operação do sistema e do controle da qualidade da água; e

III - análises laboratoriais da água, em períodos regulares preestabelecidos, com amostras provenientes das diversas partes que compõem o sistema de abastecimento, para fins de monitoramento das características físico-químicas, toxicológicas e bacteriológicas.

§ 3º Os reservatórios de água das organizações devem ser higienizados no mínimo uma vez a cada 6 (seis) meses, devendo ser dada especial atenção aos reservatórios que atendam ao consumo humano.

Art. 54 As organizações do COMAER exploradoras de portos organizados e instalações portuárias deverão elaborar manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos de poluição e planos de emergência individual para a gestão dos diversos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, o qual deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação, normas e diretrizes técnicas vigentes, em especial a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000.

## **Seção II**

### **Utilização de Recursos Hídricos**

Art. 55 As organizações do COMAER devem solicitar a outorga ao órgão competente para utilização de recursos hídricos nos seguintes casos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e

V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Art. 56 A outorga deve ser solicitada ainda que a organização do COMAER esteja dispensada do licenciamento ambiental, conforme **caput** do Art. 74.

Art. 57 A solicitação de outorga de direito de uso da água em corpos hídricos de domínio da União deve ser realizada junto a Agência Nacional de Águas (ANA).

Parágrafo único. Corpos de água de domínio da União são os lagos, rios e quaisquer correntes d'água que passam por mais de um estado, ou que sirvam de limite com outros países ou unidades da Federação.

Art. 58 Em corpos hídricos de domínio dos Estados e do Distrito Federal, a solicitação de outorga deve ser feita junto ao órgão gestor estadual de recursos hídricos.

Parágrafo único. A lista desses órgãos está disponível no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas.

Art. 59 É proibido nos termos da lei e sujeito às penalidades previstas, a utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos nas formas abaixo:

I - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;

III - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga; e

IV - perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização.

Art. 60 A existência de poços profundos nas organizações do COMAER deve ser registrada no PLS no item que trata de consumo de água, conforme previsto na alínea c, do inciso I do Art. 8º desta ICA.

§ 1º Caso os poços não sejam regularizados junto aos órgãos competentes, deve ser elaborado um planejamento de regularização dos mesmos, incluindo-o como um Plano de Ação no PLS da organização.

§ 2º No caso de desativação de poço, a organização deve lacrá-lo, atendendo aos critérios exigidos pelas normas técnicas, e providenciar a baixa no cadastro do mesmo junto ao órgão responsável.

Art. 61 A organização do COMAER responsável deverá informar ao SERINFRA de sua área de atuação sobre todas as etapas de processos de outorga, conforme item “Controle de Processos” do Relatório Anual Ambiental da OM, conforme Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

### **Subseção I**

#### **Tratamento e Reutilização de Água**

Art. 62 A operação e manutenção de Estações de Tratamento de Água (ETA) nas organizações do COMAER devem ser executadas periodicamente por militares capacitados ou contratação de empresas e profissionais especializados.

Art. 63 As organizações do COMAER devem, sempre que possível, realizar ou sugerir projetos que visam o uso de sistema de aproveitamento de águas pluviais, captando-as e armazenando-as em reservatórios (inferior ou superior).

Parágrafo único. Devido ao risco de contaminação da água coletada, o abastecimento por águas pluviais na organização deve ser destinado somente às atividades de descarga de vaso sanitário; tanque e máquina de lavar roupa; irrigação de hortas e jardins; lavagem de pisos, viaturas e outros usos que não requeiram água potável.

### **Subseção II**

#### **Racionalização do Uso de Recursos Hídricos**

Art. 64 As organizações do COMAER devem adotar medidas visando combater os desperdícios e vazamentos no sistema de abastecimento de água sob sua responsabilidade, no intuito de reduzir os gastos com o abastecimento de água e contribuir para o uso racional, como:

I - revisão das instalações hidrossanitárias (medida preventiva);

II - conserto de vazamentos e infiltrações (medida corretiva); e

III - instalação de equipamentos que geram economia de água, como caixas de descarga de volume reduzido, chuveiros de vazão reduzida, torneiras de baixo consumo, válvulas para redução de pressão, dentre outros.

### **Seção III**

#### **Efluentes**

Art. 65 As organizações do COMAER não servidas por rede pública de coleta de esgoto devem possuir sistemas de tratamento de esgoto que reduzam os efluentes sanitários aos padrões de lançamento em corpos hídricos receptores determinados pela legislação vigente.

§ 1º A operação e manutenção de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) nas organizações devem ser executadas periodicamente por militares capacitados ou contratação de empresas e profissionais especializados.

§ 2º Em organização com geração de efluentes reduzida, onde não é viável a instalação de ETE, o esgoto deve ser armazenado adequadamente, atendendo aos padrões técnicos, e recolhido por empresa licenciada para o fim que se destina, para que o efluente seja corretamente tratado dentro dos padrões de lançamento em corpos hídricos receptores determinados pela legislação vigente.

Art. 66 Para atividades de lançamento de efluentes em corpos hídricos, é necessária a obtenção de outorga e autorizações específicas, que devem ser obtidas junto ao órgão de recursos hídricos competente, conforme tratado no inciso III do Art. 55 desta ICA.

Art. 67 Os esgotos sanitários em estado bruto não podem ser lançados na rede de drenagem de águas pluviais.

Parágrafo único. As águas pluviais não devem ser lançadas na rede de esgoto.

## CAPÍTULO VI LICENCIAMENTO AMBIENTAL

### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 68 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de organizações e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, dependem de prévio licenciamento ambiental.

§ 1º Os empreendimentos e atividades potencialmente poluidores passivos de licenciamento ambiental estão listados no Anexo I da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 do IBAMA, bem como no Art. 3º do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015.

§ 2º Os empreendimentos e atividades de caráter militar do COMAER, ainda que objeto de gestão por terceiros, tais como Associações de Compossuidores e Clubes de Aeronáutica, permanecerão sob a competência exclusiva das organizações do COMAER quanto à responsabilidade pela obtenção das licenças ambientais ou respectivas dispensas, conforme as exigências legais vigentes.

Art. 69 Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de caráter militar, excetuando do licenciamento ambiental aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999 (Art. 7º da LC nº 140/2011).

§ 1º A Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) é a unidade do IBAMA responsável por executar o Licenciamento Ambiental Federal (LAF) de empreendimentos militares.

§ 2º O IBAMA pode, dentro da sua competência e após análise de conveniência, delegar o processo do licenciamento para os órgãos ambientais estadual e/ou municipal.

Art. 70 As organizações do COMAER responsáveis ambientais devem adotar todas as medidas necessárias para prevenir e remediar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades, independentemente da existência de culpa, bem como realizar as gestões necessárias junto aos órgãos competentes para assegurar a devida responsabilização administrativa, civil e criminal em casos de danos ou crimes ambientais.

## **Seção II**

### **Dispensa de Licenciamento Ambiental**

Art. 71 Para os empreendimentos e atividades de caráter militar destinados ao preparo e emprego, é dispensada a exigência de licenciamento ambiental, cabendo ao IBAMA a emissão da respectiva dispensa.

Parágrafo único. Empreendimentos e atividades de caráter militar destinados ao preparo e emprego são os executados, normalmente, no interior das áreas militares, para o atendimento eficaz do emprego e da permanente eficiência operacional das Forças Armadas no cumprimento da destinação constitucional de defesa da Pátria, da lei e da ordem, e das suas atribuições subsidiárias particulares e geral, de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, conforme a LC nº 97, de 9 de junho de 1999.

Art. 72 A Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016 estabelece as diretrizes para a Declaração do Caráter Militar de Atividades e Empreendimentos Destinados ao Preparo e Emprego das Forças Armadas (DCAMPE).

§ 1º Cabe ao Comandante da Aeronáutica declarar o caráter militar das atividades e empreendimentos, incluídos os seus imóveis já existentes, destinados ao preparo e emprego no âmbito do COMAER.

§ 2º Os empreendimentos de caráter militar destinados ao preparo e emprego envolvem a construção, a instalação, a ampliação, a modificação e a produção e manutenção dos meios orgânicos necessários ao cumprimento da destinação constitucional e atribuições subsidiárias, pelas Forças Armadas, ou por terceiros contratados por elas, nas organizações militares.

§ 3º As atividades de caráter militar destinadas ao preparo e emprego envolvem a instrução e o adestramento, o planejamento, os exercícios operacionais, a operação dos empreendimentos de caráter militar, a organização e a articulação, o desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, a inteligência e a estruturação, e a logística e mobilização das Forças Armadas.

Art. 73 A dispensa do licenciamento ambiental não afasta a obrigatoriedade da adoção de medidas de controle e proteção ambiental por parte dos Responsáveis Administrativos das organizações do COMAER, assim como a mitigação e a recuperação de áreas degradadas e/ou contaminadas, conforme leis e normas ambientais vigentes.

Art. 74 Para atividades como supressão de vegetação (Art. 93), outorga para utilização de recursos hídricos (Art. 55), entre outras que requeiram autorização específica, a organização do COMAER responsável pela atividade deverá solicitar a autorização junto ao órgão competente, conforme legislação em vigor, independentemente da existência de dispensa de licenciamento ambiental.

Art. 75 Os SERINFRA são os responsáveis pela solicitação de dispensa do licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades de caráter militar, destinados ao preparo e emprego, junto ao IBAMA.

## **Subseção I**

### **Processo de Dispensa de Licenciamento Ambiental**

Art. 76 A organização do COMAER responsável pelo Plano Diretor (PDIR) deve solicitar a DCAMPE das atividades e empreendimentos de todas as organizações que compõem o referido plano, conforme Anexo A da ICA 85-1.

Art. 77 A solicitação da DCAMPE deve ser enviada via Ofício ao SERINFRA de sua área de atuação, acompanhado do Relatório de Caracterização de todas as organizações do COMAER que compõe o PDIR, conforme Modelo F disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

Art. 78 O SERINFRA analisa os Relatórios das organizações do COMAER, elabora o Parecer do Órgão Regional, conforme Modelo G disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA e, caso aprovado, encaminha o processo para a DIRINFRA, via Despacho.

Art. 79 A DIRINFRA analisa o processo, elabora minuta de portaria DCAMPE e encaminha a solicitação ao COMGAP.

Art. 80 O COMGAP elabora Estudo Preparatório e, caso não haja ressalva, encaminha o processo ao GABAER, para aprovação do Comandante da Aeronáutica e publicação no Diário Oficial da União e no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 81 O SERINFRA encaminha ao IBAMA a solicitação de dispensa do licenciamento ambiental por meio de Ofício digital, conforme Modelo H disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA, acompanhado da DCAMPE e da respectiva planta com delimitação da área, informando os empreendimentos, atividades e obras a serem realizadas, conforme previsto no PDIR.

Art. 82 A dispensa somente terá validade após o recebimento de Ofício expedido pelo IBAMA contendo parecer favorável, que deverá ser encaminhado pelo SERINFRA à organização do COMAER solicitante e à DIRINFRA.

Art. 83 As organizações do COMAER dispensadas do licenciamento ambiental pelo IBAMA, que vierem a implantar empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente de relevância significativa, e que não estejam listadas no processo de dispensa em vigor, deverão encaminhar novo Relatório de Caracterização (Modelo F disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA) ao SERINFRA, solicitando nova DCAMPE e revogação da Portaria anterior, e atualização da dispensa de licenciamento ambiental, conforme Modelo I disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

Art. 84 Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação da Dispensa do Licenciamento Ambiental estão descritos no Fluxograma apresentado no ANEXO III.

## **Seção III**

### **Licenciamento Ambiental Ordinário**

Art. 85 No caso dos empreendimentos e atividades não enquadrados no Art. 71 as organizações do COMAER responsáveis deverão solicitar o licenciamento ambiental junto ao IBAMA, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

§ 1º A licença ambiental dependerá de prévio estudo ambiental, que deverá ser elaborado por profissional técnico habilitado, contratado pela organização responsável.

§ 2º Para realizar o licenciamento as organizações do COMAER responsáveis deverão se cadastrar, por meio de seu Gestor Ambiental, no sistema eletrônico do IBAMA (SEI!), através do Cadastro Técnico Federal (CTF).

### **Subseção I**

#### **Processo de Licenciamento Ambiental**

Art. 86 A organização do COMAER responsável pela atividade ou empreendimento deve preencher a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) no sistema eletrônico do IBAMA (SEI!).

Art. 87 O IBAMA avaliará o pleito e orientará as diretrizes, conteúdo, abrangência e métodos do estudo ambiental a ser elaborado para o tipo e porte do empreendimento e potenciais impactos gerados.

Parágrafo único. Caso não haja profissional técnico habilitado na organização ou no SERINFRA da área jurisdicionada, a organização responsável deverá contratar empresa ou profissional técnico habilitado para elaborar os estudos definidos pelo órgão ambiental.

Art. 88 O processo de licenciamento ambiental será instaurado pelo IBAMA e o tipo de licença ou autorização a ser requerida, serão definidos pelo IBAMA no âmbito de cada processo, com base no estabelecido nas normativas legais relacionadas a cada tipologia de empreendimento.

Art. 89 Os procedimentos para o licenciamento ambiental obedecerão as seguintes etapas, conforme disposto na IN nº 184, de 17 de julho de 2008, do IBAMA:

- I - instauração do processo;
- II - licença prévia;
- III - licença de instalação; e
- IV - licença de operação.

Art. 90 Em se tratando de execução de obras sobre ou sob as águas, a organização do COMAER deverá apresentar à Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência da área de jurisdição, requerimento solicitando Parecer no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, previamente ao início do Processo de Licenciamento Ambiental da referida obra. As informações e documentações que devem constar nesse requerimento são estabelecidas pelas Normas da Autoridade Marítima nº 11 (NORMAM 11).

Art. 91 A organização do COMAER responsável deve informar ao SERINFRA de sua área de atuação sobre todas as etapas do processo de licenciamento ambiental, conforme item “Controle de Processos” do Relatório Anual Ambiental da OM, conforme Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

Art. 92 Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação do Licenciamento Ambiental estão descritos no Fluxograma apresentado no ANEXO III.



## **CAPÍTULO VII SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**

### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 93 A supressão de vegetação nativa ou exótica (árvores isoladas e remanescentes florestais), independentemente do seu estágio de desenvolvimento, dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente do SISNAMA para uso alternativo do solo.

Art. 94 A supressão de vegetação deve ser realizada de acordo com a legislação em vigor e demais normas dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federal.

Parágrafo único. Podas não são consideradas supressão de vegetação e devem seguir as instruções dispostas na ICA 83-2.

Art. 95 Considera-se como vegetação de porte arbóreo os espécimes vegetais com diâmetro do caule à altura do peito (DAP) superior a cinco centímetros (5 cm).

Art. 96 Os projetos de infraestrutura, tais como sinalização ou iluminação, e os projetos de arborização urbana, devem ser compatibilizados, a fim de evitar futuro manejo desnecessário, observando o disposto na ICA 83-2.

Art. 97 A queda de árvores em função de fortes ventos, chuvas, patógenos, entre outras causas naturais, deve ser documentada por meio de relatório descritivo com registros fotográficos, antes da remoção dos resíduos arbóreos.

Parágrafo único. Para salvaguarda da organização do COMAER em caso de fiscalização dos órgãos ambientais, os relatórios devem ser encaminhados ao SERINFRA de sua área de jurisdição para controle.

Art. 98 A manutenção de aceiros, bem como a abertura de picadas e caminhos na vegetação, não necessitam de autorização para supressão e devem ser realizadas conforme Portaria do IBAMA nº 51, de 15 de julho de 2022.

Art. 99 É vedada a utilização de capina química e fogo para supressão da vegetação.

Art. 100 É vedada a queima e o depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos.

Art. 101 Deve ser verificada a necessidade de ser solicitado o Documento de Origem Florestal (DOF) conforme a Instrução Normativa do IBAMA nº 9, de 12 de dezembro de 2016, no caso de transporte ou armazenamento do material lenhoso gerado pela supressão.

Art. 102 As organizações do COMAER devem contratar empresas especializadas e licenciadas para destinação dos resíduos e solicitar o Certificado de Destinação Final.

### **Seção II Autorização de Supressão de Vegetação**

Art. 103 A Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) é o instrumento que disciplina os procedimentos para supressão de árvores isoladas e de remanescente de vegetação nativa, para qualquer atividade e empreendimento.

Art. 104 A aprovação do manejo e da supressão de vegetação de florestas e formações sucessoras e respectivas compensações ambientais caberá:

I - ao IBAMA quando se tratar de atividades ou empreendimentos de caráter militar licenciados ou autorizados ambientalmente pela União; ou

II - ao respectivo órgão competente quando localizadas nas áreas referidas nos seguintes artigos da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011: alínea a do inciso XV do Art. 7º; alíneas a e b do inciso XVI do Art. 8º; alínea a do inciso XV do Art. 9º; e seguir o processo descrito na Subseção I desta Seção.

Art. 105 São exceções à necessidade de prévia autorização de supressão de vegetação de órgãos externos ao COMAER:

I - as atividades e empreendimentos previstos na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, de preparo e emprego das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional, que possuem DCAMPE e dispensa do licenciamento ambiental; e

II - a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

§ 1º A supressão de vegetação está sujeita à compensação ambiental, independentemente de eventual dispensa de licenciamento ambiental.

§ 2º A compensação ambiental para os casos do **caput** deve ser realizada conforme descrito na Subseção II desta Seção.

Art. 106 As supressões de vegetação necessárias aos exercícios operacionais realizados pelo COMAER, para o cumprimento de sua destinação constitucional, o apoio logístico na repressão de delitos de repercussão nacional e internacional e as operações de Garantia da Lei e da Ordem necessitam de comunicação prévia ao SERINFRA de sua área de atuação informando a quantidade de árvores ou área a ser suprimida.

Parágrafo único. A compensação ambiental para as supressões previstas no **caput** deve seguir o disposto na alínea g do inciso I e no inciso II do Art. 119.

Art. 107 A incumbência pela execução das compensações ambientais e seus custos é da organização do COMAER responsável pela atividade ou empreendimento que motivar a supressão.

### **Subseção I**

#### **Processo para Supressão de Vegetação**

Art. 108 A organização do COMAER responsável pela atividade ou empreendimento que motivar a supressão de vegetação deve providenciar o Relatório Técnico de Caracterização Vegetal da área prevista para intervenção.

§ 1º O Relatório deverá ser elaborado por profissional técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

§ 2º Caso não haja profissional técnico habilitado na organização ou no SERINFRA da área jurisdicionada, a organização responsável deverá contratar empresa ou profissional técnico habilitado para elaborar o Relatório.

§ 3º Os custos com eventuais estudos ambientais prévios, planos, programas e compensações ambientais, caso não contratados previamente, deverão ser incluídos nas planilhas orçamentárias de obras e serviços de engenharia.

§ 4º Quando for necessário apoio do SERINFRA, a organização deve encaminhar a solicitação via ofício ao SERINFRA de sua área de atuação, conforme Modelo J e Modelo K disponíveis no sítio intraer da DIRINFRA.

Art. 109 Para os casos dos Art. 104, o Relatório deve ser elaborado conforme legislação do órgão ambiental competente, encaminhado via ofício ao SERINFRA de sua área de atuação, informando a situação da licença ambiental ou respectiva dispensa de licenciamento, conforme previsto no CAPÍTULO VI desta ICA.

Art. 110 Para o caso das exceções previstas no Art. 105, o Relatório deve ser elaborado conforme as diretrizes do Modelo L disponível no sítio intraer da DIRINFRA e a compensação ambiental definida conforme estabelecido na Subseção II desta Seção, e encaminhado ao SERINFRA de sua área de atuação para análise de conformidade.

Art. 111 A análise de conformidade do SERINFRA deve verificar se o processo atende à legislação ambiental vigente.

Art. 112 O Parecer Técnico do SERINFRA sobre a análise de conformidade do processo deve observar, entre outras questões, o correto enquadramento em relação aos casos previstos nos Art. 104 e Art. 105.

§ 1º Para o caso das exceções previstas no Art. 105, a análise do Parecer deve verificar o atendimento ao conteúdo mínimo do Modelo L disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA, e da Subseção II desta Seção.

§ 2º No caso do Relatório Técnico de Caracterização Vegetal conter alguma inconformidade, o SERINFRA deve retornar o Relatório à organização do COMAER solicitando os devidos ajustes.

Art. 113 O SERINFRA deve encaminhar o Parecer Técnico à organização do COMAER, solicitando a inclusão do status das compensações nos itens “Controle de Processos”, “Conclusão” e “Anexos” do Relatório Anual Ambiental da OM previsto no Art. 11, conforme Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

Art. 114 Após receber o Parecer Técnico por parte do SERINFRA, para os casos previstos no Art. 104, a organização do COMAER responsável pela atividade ou empreendimento que motivar a supressão de vegetação deve solicitar a ASV ao órgão ambiental competente.

Art. 115 Na elaboração do Relatório Anual de Consolidação de Dados Ambientais das OM de sua área de atuação previsto no Art. 12, os SERINFRA devem fazer constar nos itens “Controle de Processos”, “Conclusão” e “Anexos” se as compensações ambientais foram executadas pela organização do COMAER responsável ambiental conforme diretrizes da Subseção II desta Seção.

Art. 116 A DIRINFRA fará a supervisão e remeterá as orientações necessárias para conformidade ambiental do processo, quando necessário.

Art. 117 Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação de Supressão de Vegetação estão descritos no Fluxograma apresentado no ANEXO IV.

## **Subseção II**

### **Compensação Ambiental para Supressão Vegetal**

Art. 118 A compensação ambiental deve ser preferencialmente executada antes ou durante a implantação da intervenção proposta.

Art. 119 As compensações ambientais devidas às supressões de vegetação previstas no Art. 105 devem seguir às seguintes instruções:

I - parâmetros a serem utilizados para a compensação ambiental:

a) espécies nativas: para cada espécime suprimido, devem ser plantadas duas mudas nativas (1:2);

b) espécies exóticas: para cada espécime suprimido, deve ser plantada uma muda nativa (1:1);

c) espécies ameaçadas de extinção: para cada espécime suprimido, devem ser plantadas três mudas de qualquer espécie nativa (1:3) ou duas mudas da mesma espécie suprimida (1:2) (verificar a lista nacional, estadual e municipal de espécies ameaçadas);

d) espécies exóticas invasoras não necessitam de compensação ambiental (1:0) (verificar a lista nacional, estadual e municipal de espécies exóticas invasoras);

e) árvores de qualquer espécie com risco de queda, comprometimento fitossanitário, interferência em equipamentos urbanos e mortas: para cada espécime suprimido, deve ser plantada uma muda nativa (1:1);

~~f) árvores que constituírem obstáculo para a Zona de Proteção do Aeródromo previamente existente não necessitam de compensação ambiental (1:0); e~~

f) árvores que constituírem obstáculos para as Superfícies Limitadoras de Obstáculos (OLS), que se subdividem em: Superfícies Limitadoras de Obstáculos de Aeródromo/Heliponto (AOLS); Superfícies Limitadoras de Obstáculos de Auxílios à Navegação Aérea (FOLS) e Superfícies Limitadoras de Obstáculos de Procedimentos de Navegação Aérea (POLS), previamente existentes, não necessitam de compensação ambiental (1:0); e

g) para as situações previstas no parágrafo único do Art. 106 deve ser plantada uma muda nativa para cada espécime suprimido (1:1).

II - a compensação ambiental para supressão de remanescentes de vegetação deve ser realizada por plantio de mudas nativas em área equivalente a suprimida, conforme orientações do Modelo L disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA;

III - o plantio de mudas para compensação de supressão de remanescente de vegetação deve ser realizado, preferencialmente, por restauração ecológica, se possível em áreas de preservação permanente (APP) ou corredores ecológicos entre remanescentes de vegetação nativa;

IV - a organização do COMAER poderá executar plantio de mudas nativas previamente à necessidade de supressão vegetal e utilizá-lo como compensação ambiental em projetos futuros, desde que já não tenha sido utilizado para o mesmo fim e que a execução do plantio e seu monitoramento seja devidamente comprovado no Relatório Técnico do Art. 108;

V - a compensação ambiental deve ser realizada com o plantio de mudas de espécies nativas do bioma onde está sendo realizada a supressão;

VI - a compensação ambiental deve ser realizada, preferencialmente, na área de reserva para compensação ambiental indicada no Plano Diretor da organização do COMAER;

VII - se o Plano Diretor da organização do COMAER não indicar áreas de reserva para compensação ambiental ou esta não tiver espaço suficiente, deve-se seguir a seguinte ordem de preferência para escolha da área, com a respectiva justificativa descrita no Projeto de Compensação Ambiental (Modelo L disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA):

- a) dentro dos limites administrativos do Plano Diretor da organização do COMAER;
- b) em organização do COMAER situada na mesma microbacia hidrográfica;
- c) em organização do COMAER situada na mesma bacia hidrográfica; e
- d) em organização do COMAER situada no mesmo bioma.

VIII - a execução do plantio e da manutenção das mudas para compensação ambiental deve considerar a ICA 83-2 para avaliar as espécies adequadas a serem utilizadas, garantindo a segurança das pessoas, do patrimônio e a previsibilidade de uso futuro da área;

IX - o Projeto de Compensação Ambiental (Modelo L disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA) deve propiciar condições semelhantes que a vegetação da área mantinha, de maneira que a fauna e flora locais não sejam prejudicadas;

X - as mudas plantadas para compensação ambiental devem ter DAP superior a três centímetros no caso de árvores isoladas ou altura superior a dois metros no caso de compensação ambiental por restauração ecológica;

XI - para o plantio e manutenção das mudas devem ser seguidas as diretrizes descritas na ICA 83-2 referentes ao preparo do local, tutores, protetores, manejo e tratamento fitossanitário;

XII - o tempo de manutenção dos plantios de árvores isoladas e de remanescentes de vegetação nativa deve ser no mínimo de dois anos;

XIII - o desenvolvimento das mudas plantadas deve ser monitorado no mínimo a cada três meses, devendo as mudas mortas serem substituídas por outras da mesma espécie;

XIV - no caso de impossibilidade técnica da compensação ambiental por plantio de mudas, devidamente justificada no Relatório Técnico do Art. 108, deve ser realizada a entrega de mudas nativas ao órgão ambiental municipal, considerando o interesse do órgão em recebê-las, conforme os seguintes parâmetros:

a) a quantidade de mudas a ser entregue deve ser o dobro do quantitativo calculado pelos critérios do inciso I do Art. 119;

b) deve ser acordado com o órgão ambiental as espécies e o tamanho das mudas que ele tem interesse em receber;

c) a lista de espécies e o quantitativo de cada espécie deve constar no Projeto de Compensação Ambiental; e

d) a entrega das mudas deve ser documentada e informada no Relatório Anual Ambiental das OM (Modelo D disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA) e no Relatório Anual de Consolidação de Dados Ambientais do SERINFRA (Modelo E disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA).

### **Seção III**

#### **Manutenção de Áreas Verdes em Aeródromos**

Art. 119 Os operadores de aeródromo devem manter as áreas verdes inseridas na área operacional de forma a não interferir na visualização dos auxílios visuais e navegação aérea, não permitindo que a vegetação se configure em obstáculo à navegação aérea, conforme as normas de segurança de voo.

§ 1º Os operadores de aeródromo devem manter a área de forma a não propiciar condições para atração de fauna e não comprometer o fluxo do sistema de drenagem do aeródromo.

§ 2º O controle da vegetação deve ser realizado para reduzir a presença de aves em aeródromos. A altura, o regime de corte da grama, a seleção da composição de espécies vegetais e a remoção de árvores e arbustos são aspectos relativos ao controle da vegetação, importantes para mitigar colisões com custo-benefício adequado.

Art. 120 A manutenção das áreas verdes nos aeródromos, através da poda de árvores e corte de grama, deve ser realizada frequentemente, não permitindo que a vegetação cresça a ponto de se configurar como “em regeneração” (estágio inicial ou médio) e ser necessário proceder com o processo de solicitação de ASV e a compensação ambiental.

§ 1º Para a execução com eficiência e segurança, no corte de árvores, troncos e galhos, com a utilização de motosserras e outros equipamentos, deve-se seguir rigorosamente as recomendações técnicas, legais e de segurança.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **TANQUES DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**

#### **Seção I**

##### **Considerações Gerais**

Art. 121 As atividades desenvolvidas pelos postos de abastecimento (tanques de combustível) e pelas oficinas mecânicas (manutenção e lavagem de aeronaves e automóveis) são consideradas potencialmente poluidoras, pois podem ser prejudiciais à água, ao solo e ao ar.

§ 1º Cabe às organizações do COMAER que possuem estes tipos de instalações, assegurarem que as mesmas não ofereçam riscos de contaminação ao meio ambiente.

Art. 122 A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação dos empreendimentos e atividades destes tipos de instalações dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Para os procedimentos de licenciamento ambiental deve-se consultar o CAPÍTULO VI.

§ 2º As instalações aéreas com capacidade total de armazenagem de até 15 m<sup>3</sup> e destinadas exclusivamente ao abastecimento de viaturas das organizações do COMAER ficam dispensadas do processo de licenciamento ambiental, devendo ser construídas de acordo com as normas técnicas e legislações em vigor, observado o disposto no Art. 73.

Art. 123 Os equipamentos e sistemas destinados ao armazenamento e a distribuição de combustíveis automotivos devem ser testados e ensaiados para a comprovação da inexistência de falhas ou vazamentos com periodicidade não superior a cinco anos.

Art. 124 Os novos tanques de armazenamento de combustíveis das organizações do COMAER devem ser aéreos, tendo em vista que apresentam menor probabilidade de contaminação do ambiente e do seu entorno.

Art. 125 Os equipamentos e sistemas destinados ao armazenamento e a distribuição de combustíveis automotivos devem possuir sistema próprio de coleta de seus efluentes, com caixa separadora de água e óleo.

§ 1º Estes sistemas não podem estar ligados diretamente à rede de esgoto ou rede de águas pluviais e as canaletas que coletam os efluentes devem estar sempre limpas e desobstruídas, conforme mencionado no § 4º do Art. 49.

§ 2º O óleo resultante da separação dos efluentes deve ser acondicionado em coletores apropriados, fechados e identificados, a fim de evitar contaminações. As organizações devem contratar empresas especializadas e com licença ambiental em vigor para o fim que se destina, para efetuar a disposição final desses resíduos, conforme Art. 49 desta ICA e legislação em vigor.

§ 3º A água resultante da separação dos efluentes não pode ser lançada diretamente na rede de esgoto ou na rede de águas pluviais e/ou em corpos hídricos. As organizações devem possuir sistema de tratamento de efluentes ou armazenar os efluentes e enviá-los para tratamento externo, conforme Art. 49 e legislação em vigor.

## **Seção II**

### **Remoção de Tanque de Combustível**

Art. 126 As organizações do COMAER responsáveis por tanque de combustível enterrado que esteja com a validade vencida e/ou em más condições devem realizar sua remoção e substituição por tanques aéreos.

Art. 127 É necessária a adoção de medidas de segurança, para a atividade de remoção de um tanque de combustível, a fim de minimizar os riscos à saúde humana, às instalações e ao meio ambiente.

Art. 128 Antes de iniciar a remoção de um tanque, a organização do COMAER responsável, por meio de seu Gestor de Patrimônio Ambiental, deve consultar o órgão ambiental competente para verificar os procedimentos e documentos necessários para autorização da atividade, além dos relatórios e procedimentos listados nesta ICA.

Art. 129 Deve ser elaborado um Relatório Técnico com planejamento para desativação e remoção do tanque, por profissional técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica, com conteúdo mínimo de acordo com o estabelecido no Modelo M disponível na página do SISGA no sítio intraer da DIRINFRA.

Parágrafo único. Este Relatório deverá estar disponível para consulta em caso de inspeção dos órgãos ambientais e/ou do SISGA.

Art. 130 Deve ser elaborado um Relatório de Investigação Ambiental (RIA), ou estudo similar, por profissional técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica, a fim de avaliar a composição do solo e da água no entorno do tanque para verificar a existência, ou não, de contaminação.

Art. 131 Caso não haja profissional técnico habilitado na organização do COMAER ou no SERINFRA da área jurisdicionada, a organização responsável deverá contratar empresa ou profissional técnico habilitado para elaboração dos Relatórios citados nos Art. 130 e Art. 131.

Art. 132 A organização do COMAER responsável deve contratar empresa especializada para realizar a desativação, remoção e disposição final dos tanques de combustível, de acordo com o planejado no Relatório do Art. 130.

Parágrafo único. Poderá ser firmado um acordo de cooperação com a empresa fornecedora dos tanques de armazenamento e abastecimento de combustíveis para que ela realize a desgaseificação e a disposição final dos tanques, tendo em vista que essas empresas são corresponsáveis pelos tanques.

Art. 133 A desativação, remoção e destinação dos tanques de combustíveis subterrâneos, se não houver contaminação da área, conforme conclusão do RIA (Art. 131) deve atender os procedimentos da ABNT NBR 14973:2010.

Art. 134 Se houver contaminação na área, após a desativação, remoção e destinação do tanque, conforme Art. 134, a área deverá ser descontaminada e recuperada.

Parágrafo único. Para a recuperação da área contaminada, poderá ser firmado acordo com a empresa fornecedora das instalações de abastecimento e combustíveis ou a contratação de empresa especializada, conforme Art. 133 desta ICA.

### **Seção III**

#### **Impossibilidade de Remoção de Tanque de Combustível**

Art. 135 Na impossibilidade da remoção de algum tanque, deve ser apresentado laudo técnico justificando tal fato, elaborado por profissional técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atendendo às diretrizes da ABNT NBR 14973.

§ 1º Considera-se impossibilidade técnica para remoção do tanque:

I - tanque cuja retirada afete a estabilidade estrutural de edificações, coberturas, galerias subterrâneas, vias públicas e dutos de serviços; e

II - tanque anteriormente desativado e preenchido com material e seu peso comprometa a segurança durante a remoção.

§ 2º Para os casos que não houver contaminação da área, conforme conclusão do RIA (Art. 131), o tanque deverá ser limpo e desgaseificado, antes de sua desativação permanente, ser preenchido com areia ou outro material inerte e devidamente tamponado e o terreno deverá ser recomposto.

§ 3º Para os casos que houver contaminação da área, conforme conclusão do RIA (Art. 131), após a desativação e inertização do tanque, conforme § 2º do **caput**, a área deverá ser descontaminada e recuperada.



## **CAPÍTULO IX MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES**

### **Seção I Considerações Gerais**

Art. 136 Fica proibido às organizações do COMAER e a todo seu efetivo, matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, impedir a procriação da fauna, sem ou em desacordo com devida permissão, licença ou autorização do órgão ambiental competente, bem como, modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural.

§ 1º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes acima, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

§ 2º A Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução CONAMA nº 466, de 05 de fevereiro de 2015 dispõem sobre o controle e manejo de fauna em aeródromos e em áreas de entorno, que visa à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna, e estabelecem as diretrizes e os procedimentos para realização do manejo de animais, transporte e destinação, captura e translocação, coleta e destruição de ovos e ninhinhos e abate de animais.

Art. 137 É proibido praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos nas áreas ou instalações militares do COMAER.

Art. 138 Para apanhar, manejar, translocar ou manter em cativeiro animais silvestres é necessária a autorização junto ao órgão ambiental competente, sem prejuízo das demais exigências legais.

Art. 139 Caso algum animal silvestre seja encontrado em áreas ou instalações do COMAER, deverá ser acionado o órgão de fiscalização ambiental competente, para realizar o resgate, captura, transporte, remoção de indivíduos feridos, debilitados ou quando em situações de risco.

Art. 140 As organizações do COMAER que possam vir a criar e utilizar animais para pesquisa científica devem realizar registro e solicitar as autorizações necessárias junto aos órgãos competentes, além de serem supervisionadas por profissionais de nível superior, nas áreas afins, devidamente registrados em seus Conselhos de classe e nos órgãos competentes.

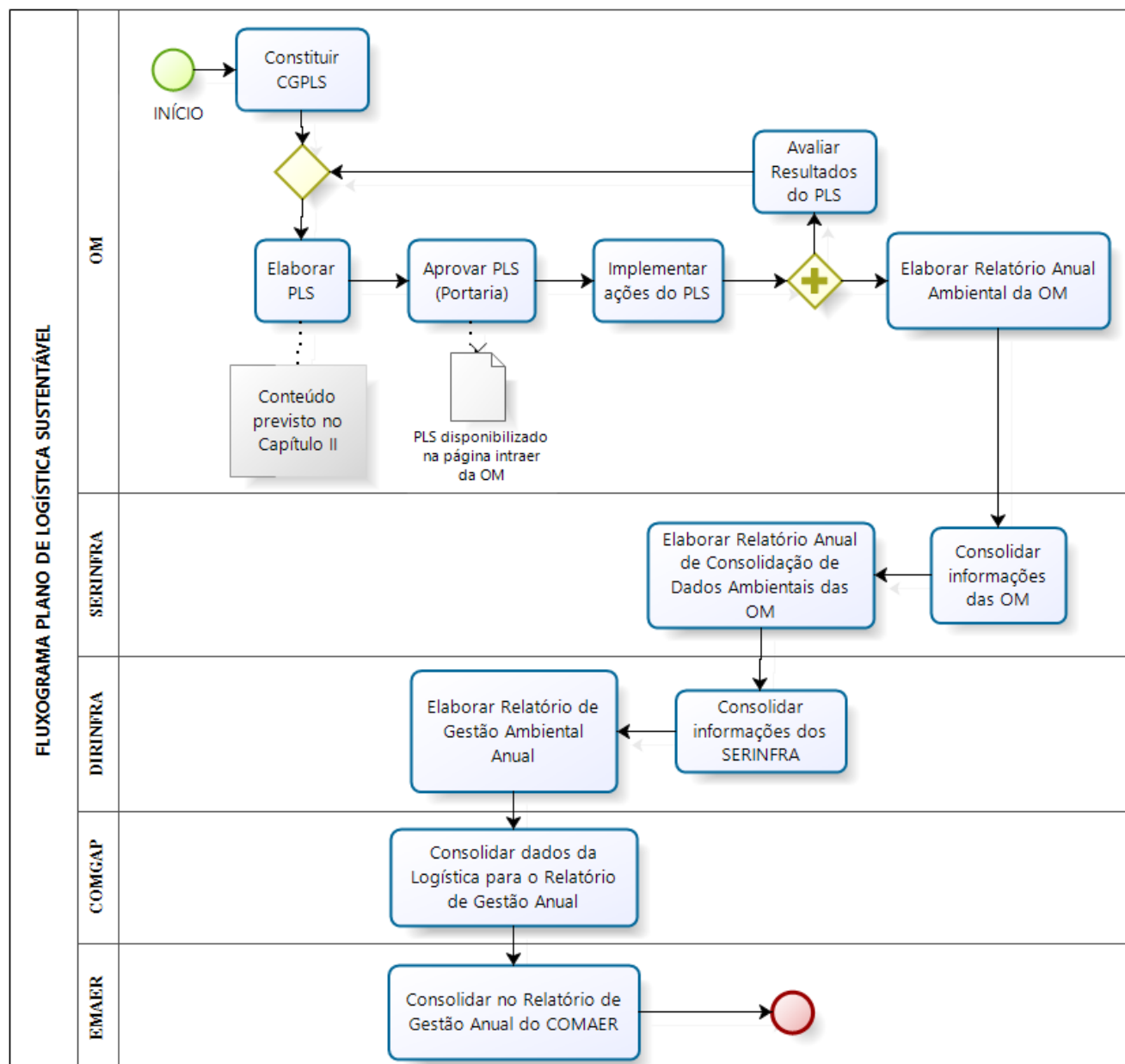
## **CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 141 A DIRINFRA estabelecerá metas de sustentabilidade gerais para os Elos do SISGA, conforme estudo dos dados e indicadores dos PLS que as organizações do COMAER fornecerão no Relatório previsto no Art. 11.

## **CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS**

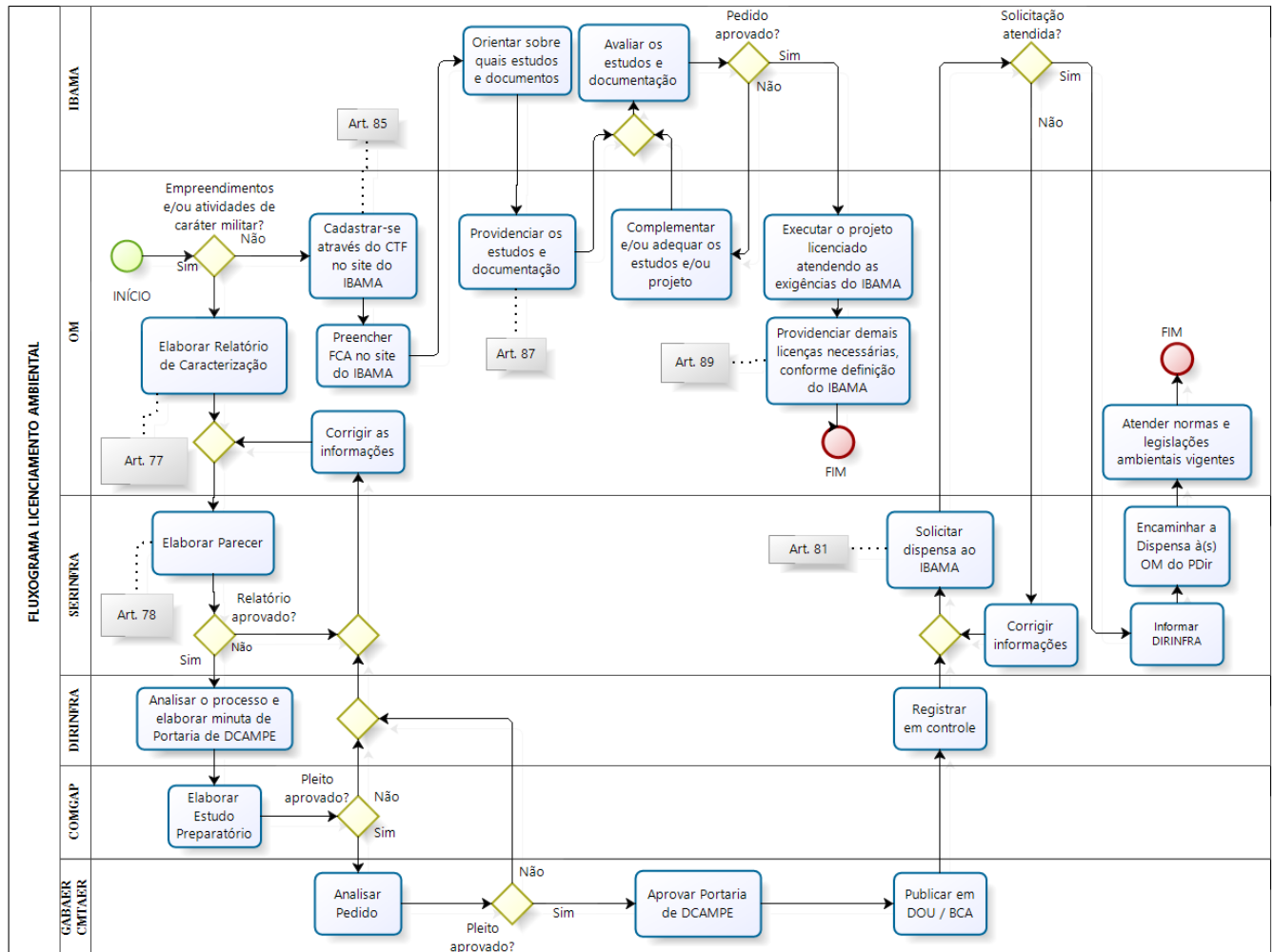
Art. 142 Os casos não previstos nesta ICA serão submetidos ao Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica, via elo sistêmico.

**ANEXO II**  
**FLUXOGRAMA PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)**



### ANEXO III

## FLUXOGRAMA LICENCIAMENTO AMBIENTAL



## ANEXO IV FLUXOGRAMA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

